



REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO Nº , DE 2020

(Dos Srs. Paulo Ganime, Marcel Van Hattem, Vinícius Poit, Adriana Ventura, Alexis Fonteyne, Gilson Marques, Lucas Gonzalez e Tiago Mitraud)

Requer informações a serem prestadas pelo Ministro de Estado Chefe do Gabinete de Segurança Institucional (GSI), Augusto Heleno Ribeiro Pereira, sobre a realização de reunião com as defensoras do Senador Flávio Bolsonaro, no dia 25 de agosto de 2020, e eventuais providências adotadas posteriormente.

Exmo. Sr. Presidente da Câmara dos Deputados, Deputado Federal Rodrigo Maia,

Os Deputados componentes da bancada do NOVO na Câmara dos Deputados requerem, na forma do § 2º do art. 50 da Constituição da República e dos arts. 115, I, e 116, do Regimento Interno desta Casa, o despacho e subsequente encaminhamento do presente Requerimento de Informação ao Sr. Ministro de Estado Chefe do Gabinete de Segurança Institucional (GSI), Augusto Heleno Ribeiro Pereira, sobre a reunião realizada, no dia 25 de agosto de 2020, entre o Ministro de Estado Chefe do Gabinete de Segurança Institucional (GSI), o Diretor da Agência Brasileira de Inteligência (ABIN) e as advogadas Luciana Pires e Juliana Bierrenbach, defensoras do Senador Flávio Bolsonaro.

A realização da referida reunião foi divulgada pelo jornalista Guilherme Amado, da Revista Época, que apontou que as referidas advogadas teriam levado ao conhecimento do Presidente da República e das autoridades máximas do GSI e da ABIN a narrativa de que os relatórios de inteligência financeira (RIFs) que



embasaram as investigações da Operação Fumaça, sobre o esquema de "rachadinhas" na Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro (operação que tem entre os investigados Fabrício Queiroz e o Senador Flávio Bolsonaro) teriam sido criados por uma organização criminosa instalada na Corregedoria da Receita Federal.

Segundo o jornalista, ao final da reunião, os Chefes do GSI e da ABIN teriam sido incumbidos de buscar a comprovação do relato das advogadas. De acordo com a reportagem:

Helena e Ramagem saíram dali com a missão de, “em nome da segurança da família presidencial”, checar se o roteiro narrado pela defesa do zero um se sustentava. E o mais importante: conseguir um documento que comprovasse que Flávio foi vítima de uma devassa ilegal por integrantes da Inteligência da Receita¹.

Também conforme relatado pela imprensa, desde a reunião, o GSI "passou a acompanhar cada etapa da investida da defesa do filho do presidente para conseguir uma prova que possa anular o caso" e a defesa passou a buscar, junto ao Secretário da Receita Federal, José Barroso Tostes Neto, os nomes dos servidores que acessaram os sistemas da Receita em busca de informações fiscais de Flávio Bolsonaro e de sua esposa.

Diante desse relato, os Deputados signatários do presente Requerimento de Informações questionam:

1. A reunião do dia 25 de agosto de 2020 foi de fato realizada? Caso tenha sido realizada, por que não constou da agenda oficial do Ministro de Estado Chefe do GSI?
2. Quem eram as autoridades presentes à reunião do dia 25 de agosto? Há algum tipo de registro dessa reunião, seja por escrito (ata) ou em áudio ou vídeo?
3. De que modo uma reunião com as advogadas responsáveis pela defesa do Senador Flávio Bolsonaro se insere nas atribuições do GSI e da ABIN?



CÂMARA DOS DEPUTADOS
LIDERANÇA DO NOVO

4. Se o relato tratava de suspeitas quanto à conduta de servidores da Receita Federal, órgão vinculado ao Ministério da Economia, por que razão não participaram da reunião o Ministro da área (Paulo Roberto Nunes Guedes) ou o Secretário da Receita Federal do Brasil (José Barroso Tostes Neto)?
5. Quais foram as providências adotadas, no âmbito do GSI e da ABIN, a partir das informações relatadas na reunião do dia 25 de agosto? Houve a formalização de algum procedimento ou documento oficial?

No aguardo das respostas a esses questionamentos, acompanhadas, se possível, de documentos que as comprovem, os Deputados signatários lembram a importância do assunto para as atividades do Congresso Nacional, ao qual incumbe fiscalizar e controlar os atos do Poder Executivo, na forma do inciso X do art. 49 da Constituição da República e o fato de que eles dizem respeito a atos de gestão administrativa (art. 60, II, do Regimento Interno), estão entre aqueles que podem ser objeto de requerimentos como o presente, na forma do art. 116, II, "b", do RICD.

Sala das Sessões, 5 de novembro de 2020.

Deputado **PAULO GANIME**
NOVO – RJ

Deputado **MARCEL VAN HATTEM**
NOVO – RS

Deputado **VINÍCIUS POIT**
NOVO – SP

Deputada **ADRIANA VENTURA**
NOVO – SP



CÂMARA DOS DEPUTADOS
LIDERANÇA DO NOVO

Deputado **ALEXIS FONTEYNE**
NOVO – SP

Deputado **GILSON MARQUES**
NOVO – SC

Deputado **LUCAS GONZALEZ**
NOVO – MG

Deputado **TIAGO MITRAUD**
NOVO – MG



Requerimento de Informação **(Do Sr. Paulo Ganime)**

Requer informações a serem prestadas pelo Ministro de Estado Chefe do Gabinete de Segurança Institucional (GSI), Augusto Heleno Ribeiro Pereira, sobre a realização de reunião com as defensoras do Senador Flávio Bolsonaro, no dia 25 de agosto de 2020, e eventuais providências adotadas posteriormente.

Assinaram eletronicamente o documento CD201935303000, nesta ordem:

- 1 Dep. Paulo Ganime (NOVO/RJ)
- 2 Dep. Vinicius Poit (NOVO/SP)
- 3 Dep. Tiago Mitraud (NOVO/MG)
- 4 Dep. Adriana Ventura (NOVO/SP)
- 5 Dep. Marcel van Hattem (NOVO/RS)
- 6 Dep. Alexis Fonteyne (NOVO/SP)
- 7 Dep. Gilson Marques (NOVO/SC)
- 8 Dep. Lucas Gonzalez (NOVO/MG)